

A relevância do pensamento político de Emma Goldman para a Ciência Política: uma análise por meio do contextualismo social

Francioli Bagatin¹

Resumo: O cânone considerado clássico da Ciência Política é composto majoritariamente por um grupo homogêneo de homens, europeus, brancos e heterossexuais. Ao analisar o pensamento político de Emma Goldman, objetivou-se mostrar que ela também produziu um pensamento político consistente acerca de temas caros à Ciência Política e, por isso, mereceria figurar ao lado dos “clássicos” da política. Metodologicamente, a pesquisa foi feita por meio da aplicação do método do “contextualismo social”, permitindo mostrar que, mesmo sendo anarquista, feminista e partidária, isso não invalida o fato de ser uma “pensadora” da política. E, ainda, que seu pensamento foi constituído por elementos de argumentação racional além dos apelos emocionais e instintivos; suas ideias estão organicamente ligadas ao contexto social em que viveu e escreveu, estando engajada no conflito político de seu tempo, o que não invalida sua importância para a compreensão da “política”, ao contrário, contribui para compreendê-lo. A relevância de seu pensamento político dá-se pelo fato de que os temas abordados por ela (amor livre, casamento, homossexualidade e emancipação da mulher) são políticos, visto que originários de conflitos sociais e políticos, e pelo fato de que, na sociedade burguesa, tais temáticas estão intrinsecamente ligadas às instituições que prescrevem e normatizam seu modo de vida.

Palavras-chave: Emma Goldman; Contextualismo Social; Ciência Política; Anarquismo.

The relevance of Emma Goldman's political thought to Political Science: an analysis through social contextualism

Abstract: The canon considered classic of Political Science is composed mainly of a homogeneous group of men, Europeans, whites and heterosexuals. Analyzing Emma Goldman's political thought, it aimed to show that she also produced consistent political thinking about important topics to Political Science and on that account deserved to figure alongside the "classics". Methodologically, the research was done through the application of the “social contextualism” method, allowing to show that, even being anarchist, feminist and partisan, it does not invalidate the fact that she is a political thinker, and that her thinking was constituted by elements of rational argument beyond emotional and instinctive appeals; her ideas are organically linked to the social context in which she lived and wrote, being engaged in the political conflict of her time does not invalidate its importance for the understanding of “politics”, on the contrary contributes to understand it. The relevance of her political thought is giving to the fact that the themes approached by her (free love, marriage, homosexuality and the emancipation of women) are political, given that they are originate from social and political conflicts, and the fact that in a bourgeois society, such themes are intrinsically linked to the institutions that prescribe and normatize their way of life.

Keywords: Emma Goldman; Social Contextualism; Political Science; Anarchism.

¹ Mestra em Ciências Sociais pela UNIOESTE/2018. Graduada em Ciências Sociais (Bacharelado) pela UNIOESTE/2016. Graduada em Ciências Sociais (Licenciatura) pela UNIOESTE/2015. Especialista em Planejamento, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas pela UNIOESTE/2013. Graduada em Direito pela Universidade Paranaense UNIPAR/1998. Especialista em Direito Processual Civil pela UFPR/2001. Docente do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UNIOESTE *campus* Francisco Beltrão. franbng@hotmail.com.

Introdução²

O objetivo de analisar a obra de Emma Goldman foi mostrar que ela também produziu um pensamento político consistente acerca de temas caros à Ciência Política e por isso mereceria figurar ao lado dos “clássicos” da política – lembrando que o cânone considerado clássico da Ciência Política é composto majoritariamente por um grupo homogêneo de homens, europeus, brancos e heterossexuais. Metodologicamente, a pesquisa foi feita por meio da aplicação do método do “contextualismo social”, que possibilita analisar se, ainda que ela tenha sido abertamente anarquista, feminista e partidária, teria se constituído também em uma “pensadora” da política, quer dizer, será que sua obra foi construída a partir de elementos de argumentação racional – para além dos apelos emocionais e instintivos? Embora suas ideias estejam organicamente ligadas ao contexto social em que viveu e escreveu – e ela tenha sido abertamente engajada no conflito político de seu tempo – será que seu engajamento não invalida sua importância de suas reflexões para a compreensão da “política”?

A relevância de recuperar o pensamento político de Emma Goldman está no fato de que os temas que abordou – amor livre, casamento, homossexualidade e emancipação da mulher – são eminentemente políticos, na medida em que são originários de conflitos sociais e políticos e porque, na sociedade “burguesa” em que viveu e escreveu, tais temáticas estão intrinsecamente ligadas às instituições que prescrevem e normatizam seu modo de vida. Para a análise da obra de Emma Goldman utilizou-se como método de pesquisa o *contextualismo social*, desenvolvido a partir da proposta teórico-metodológica para o estudo dos clássicos da política elaborada por Neal Wood e Ellen Meiksins Wood, intitulada por eles de “*história social da teoria política*”, segundo o qual, para compreender o pensamento político de uma autora (ou autor), deve-se proceder sua contextualização social, isto é, analisar o conjunto de sua obra dentro do contexto social em que foi produzida, pois é impossível que, ao escrever, esta (ou este) o faça desvinculando-se de suas experiências, dos ideais políticos e intelectuais a que estão engajados, uma vez que suas reflexões são fruto da realidade em que vivem (SILVA, 2016).

A contextualização social do pensamento político de Emma Goldman resultou na dissertação de mestrado intitulada *O pensamento político da anarquista Emma Goldman: uma contextualização social* (BAGATIN, 2018) em que apresento detalhadamente a contextualização e a análise teórica dos principais conceitos presentes na obra da autora. Por meio da análise de textos e ensaios, da autobiografia, de biografias e cartas escritas por Emma Goldman, foi possível inferir seu pensamento acerca do contexto social, político, econômico e ideológico nas sociedades em que viveu. E efetuou-se, mediante as respostas dadas às tabelas elaboradas por Silva (2016), o que permitiu uma investigação minuciosa de seu pensamento político no contexto social em que viveu e produziu, justificando sua inclusão no cânone da Ciência Política, fato que não pode ser menosprezado ante a justificativa de ter sido anarquista, publicista ou panfletária, pois, antes de tudo, foi uma autora que produziu reflexões sobre sua realidade vinculadas a uma *práxis*, uma reflexão, um pensamento político racional, e podemos dizer, organicamente ligado à sua realidade social – cultural, política e ideológica, um pensamento político que tinha como ferramenta a “argumentação e o discurso racional” que para ela tinha uma relação direta com a “verdade”.

² O Grupo de Pesquisa Democracia e Desenvolvimento (GPDD), composto por docentes e discentes (graduação e mestrado) do Curso de Ciências Sociais da Unioeste, constituiu-se com objetivo de compreender como a democracia moderna se desenvolveu, sob o sistema capitalista, assumindo os contornos que tem hoje: passiva, universalista, abstrata, exercida por um governo do povo mediante representação, com cidadãos expropriados por meios econômicos e sem identidade social (WOOD, 2003). Considerou a importância de compreender as suas possibilidades e limites reais dessa democracia para que se possa construir um novo conceito de democracia, ou pensar uma possível democracia socialista que inclua a igualdade ao lado da liberdade e da participação política (NERES, DOMBROWSKI, SILVA, 2016). Visando atingir tal objetivo, a pesquisa desmembrou-se na análise do pensamento político de alguns autores, dentre os quais, Rosa Luxemburgo e Emma Goldman, cuja opção, em detrimento do cânone clássico da Ciência Política, deu-se justamente para mostrar a relevância do pensamento dessas mulheres, excluídas do cânone, pela sua condição de mulher, fato perceptível pela análise do pensamento teórico-político dos últimos séculos, reconhecidamente aceito e divulgado sobre a democracia, considerado *clássico*: majoritariamente o pensamento de uma categoria específica – homens, brancos, europeus e heterossexuais.

A contextualização social de Emma Goldman

Responder as questões da tabelas elaboradas por Silva (2016) a respeito do método proposto por Neal Wood (1978) e aplicado por ele e por Ellen Meiksins Wood, possibilitou mostrar que Emma Goldman – embora estivesse totalmente inserida no conflito social de seu tempo e lugar e tivesse declaradamente o desejo de “mudar” a sociedade, tentando convencer suas contemporâneas e contemporâneos de que era possível reorganizar o modo de vida coletivo por meio da proposta anarquista – também possuía um pensamento político racional e relevante para a Ciência Política.

As respostas à tabela 1³ mostraram de que forma Goldman compreendia a estrutura de classes e o conflito social que dela derivava e, ainda, a forma que estava inserida nessas relações; mais do que isso, permitiu que fosse possível ressaltar determinados aspectos que somente se tornaram perceptíveis devido a sua experiência de vida como mulher e membro da classe trabalhadora. Permitiram compreender, a partir de seus textos, as mudanças que ocorrem em seu pensamento ao longo de sua trajetória de vida como mulher, trabalhadora, militante anarquista, na perspectiva de quem viveu em dois lugares distintos (Rússia e Estados Unidos da América), em três momentos que se configuram, podemos dizer, como três sociedades distintas. Ao mesmo tempo, percebeu-se sua mudança de posicionamento, por exemplo, frente ao uso da violência, e que se manteve firme em seu posicionamento quanto à rejeição aos sistemas políticos, econômicos e sociais estabelecidos em cada momento distinto. E também que ela transpassou todas as classes e, ao mesmo tempo, inseriu-se em várias categorias, ora como mulher, operária e estrangeira, ora como enfermeira, ora como militante anarquista, observando que essa divisão social estava relacionada não somente a fatores econômicos, mas também às condições étnicas, religiosas e questões de gênero (GOLDMAN, 2015).

Já as respostas à tabela 2⁴ fazem referência a sua biografia, isto é, analisaram-se aspectos relevantes para sua formação pessoal e que contribuíram para sua trajetória como militante anarquista, oradora e escritora, além de situá-la dentro da estrutura de classes do conflito social de seu tempo. Analisar a vida de Goldman desde a infância e adolescência mostrou a gênese de suas concepções anarquistas, de sua formação autodidata, de sua revolta com a realidade da vida das mulheres, vítimas da violência e da subjugação ao homem; a partir daí, pode-se compreender sua ênfase na defesa da emancipação e liberdade da mulher, defesa muito mais exacerbada do que a de um anarquista do gênero masculino. Ser mulher, estrangeira, trabalhadora e judia foram fatores que, percebidos em sua contextualização, fazem compreender seu posicionamento frente às injustiças da sociedade burguesa e a defesa apaixonada que fez de seus ideais, na busca por uma sociedade livre das conveniências sociais e em luta constante com a opressão e controle das liberdades individuais pelo Estado.

³ Questões da Tabela 1 – “aspectos relacionados ao contexto social em que o autor escreveu a obra em análise, que permitem compreender como suas ideias se relacionam com a estrutura de classes e o conflito social”: 1) Quais classes estão ascendendo e quais estão declinando? 2) Qual o grau de consciência de classe [class consciousness]? 3) A estrutura de classes está refletida nos arranjos governamentais? 4) A estrutura de classes está refletida no sistema de dominação e subordinação? 5) Como as divisões religiosas na sociedade estão relacionadas com a vida econômica e política? 6) Como as divisões étnicas na sociedade e como estão relacionadas com a vida econômica e política? 7) Quais os modelos aceitáveis de conduta social? 8) Quais as várias tendências intelectuais ou escolas de pensamento? 9) Quais são seus temas centrais? 10) De que modo estes temas estão relacionados com as lutas sociopolíticas do período? 11) Podemos nos referir às raízes sociais do conflito intelectual? 12) As linhagens intelectuais refletem as divisões de classe ou outras clivagens sociais? (SILVA, 2016, p. 91).

⁴ Questões da Tabela 2 - Aspectos relacionados à biografia que permitem situar o autor na sociedade – são: Quem era a família do teórico e quais suas conexões familiares? Como foi sua educação e sua formação intelectual? Quem eram seus amigos e associados? Sua educação? Sua religião? Sua situação econômica? Qual a sua profissão, ofício ou ocupação? Quem era seu empregador ou patrão? Qual era seu estatuto legal? Quais suas funções econômicas reais? Quais as fontes e a extensão de sua renda? Como era seu modo de vida? Quais suas atividades políticas? Quais suas afiliações políticas? Quais seus laços religiosos? Qual o gênero, identidade, orientação sexual (heteronormatividade)? Qual sua “etnia” e qual a situação dessa na sociedade em questão? (SILVA, 2016, p. 92).

As tabelas 3⁵ e 4⁶ permitiram identificar o ideal humano de Goldman, visualizando os tipos de indivíduos, grupos ou classes sociais com os quais estava comprometida, significa dizer que uma autora ou autor, quando elabora suas teorias, tem como referência um determinado tipo ou ideal humano, o qual representa “seus próprios interesses sociais, valores e aspirações no parâmetro fundamental para as suas prescrições políticas e sociais concretas” (NERES; DOMBROWSKI; SILVA, 2016, p. 131). Para Neal Wood, esse “ideal humano do teórico não é criado num vácuo social ou conjurado do nada, é pois sempre baseado em um homem concreto ou tipo humano vivendo na sociedade do presente ou do passado” (WOOD, 1978, p. 351). A importância de responder essas tabelas é justamente compreender quem, na visão de Goldman, a partir de seus escritos, deve governar e ser governado ou como os governantes devem governar e os governados obedecer; ou como seria possível superar uma eventual lacuna entre a situação sociopolítica real na qual ela estava escrevendo, na busca de uma ordem cívica reconstituída, em que seu ideal humano típico pudesse florescer (SILVA, 2016).

O ideal humano de Goldman está relacionado ao ideal humano prescrito pelo anarquismo: um indivíduo livre e capaz de se autogerir voltado à organização de uma nova sociedade baseada na liberdade, condição principal para o desenvolvimento das potencialidades individuais e humanas. Tal ideal humano, porém, carece de um indivíduo específico, “bom” por natureza, capaz de conviver pacificamente com seus semelhantes, livre de instituições que possam corrompê-lo, aproximando-se da natureza humana rousseuniana. Seus textos e autobiografia mostram que acreditava que o ser humano é originalmente bom, empático, altruísta e solidário, capaz de respeitar as diferenças de seus semelhantes, e deve ser guiado por uma moral que lhe permita viver em sociedade, uma sociedade baseada na liberdade e na igualdade, baseada em relações forjadas entre iguais. Portanto, para essa nova sociedade, baseada na liberdade total, o ideal humano corresponde a um indivíduo cuja natureza esteja associada à sociabilidade e à disposição ao convívio em comunidade. Goldman tinha uma visão positiva sobre a natureza humana e o indivíduo seria corrompido pela sociedade, por determinadas instituições (propriedade, religião e o Estado), e uma vez modificada essa sociedade, a natureza humana também se modificaria, permitindo o surgimento da nova ordem social, livre das instituições que corrompem os indivíduos, permitindo uma convivência harmônica, pacífica.

Responder a tabela 5⁷ teve como objetivo delimitar a especificidade histórica das ideias de Goldman, pois essas não estavam restritas ao momento histórico em que escreveu, mas permeadas por ideias, pensamentos e ideologias do passado, bem como são também condição para o futuro, pois “as ideias de um teórico podem estar relacionadas com o contexto social mais amplo da cultura da qual participa, que transcende sua sociedade e contribui para a sua formação e das diferentes gerações” (SILVA, 2016, p. 96). Ou seja, para o contextualismo social, as ideias de uma autora ou autor estão relacionadas com contextos sociais mais amplos, representando a validade trans-histórica da teoria política, ideias que se relacionam com o contexto específico de seu surgimento, mas que podem vir a estabelecer conexões com outras épocas, e o que se quer é compreender o que teórico almejava com seus escritos, quais seus objetivos (SILVA, 2016).

⁵ Questões da Tabela 3 - Aspectos relacionados ao ideal humano – herói e anti-herói do teórico clássico são as seguintes: Como o teórico pensa que os seres humanos devem ser e agir? Que tipo de ser humano deve dominar a sociedade? Que tipo humano – real ou imaginado – carrega a melhor promessa para o futuro? Como o teórico visualiza o indivíduo que mais plenamente realiza esse potencial humano? Quem na sociedade como está atualmente constituída é mais capaz de atingir esse ideal? Esse ideal é atingível por qualquer um ou apenas por poucos? O abismo entre os homens que existem e o ideal humano é grande ou pequeno? Sob quais condições pode o ideal humano ser mais rapidamente realizado? (SILVA, 2016, p. 92).

⁶ Questões da Tabela 4 – Prescrições para realização do ideal humano: 1) Quem deve governar? 2) Quem deve ser governado? 3) Como os governantes devem governar? 4) Como os governados devem obedecer? 5) Qual a distância que existe entre a situação sociopolítica real (na qual o teórico está escrevendo) e sua visão de uma ordem cívica reconstituída na qual seu ideal humano típico poderia florescer? 6) Como essa lacuna pode ser preenchida? (SILVA, 2016, p. 94)

⁷ Questões da Tabela 5 – Delimitar a especificidade histórica das ideias do teórico: 1) O que os autores clássicos estavam tentando dizer aos seus contemporâneos? 2) Sob quais condições estavam dizendo isso? 3) Por que e com quais interesses estavam dizendo isso? (SILVA, 2016, p. 97).

Goldman objetivava conscientizar a todos os indivíduos sobre as limitações que lhes eram impostas pelo Estado, pela religião, pela propriedade privada e por todas as demais formas de dominação, ou seja, difundir entre toda a sociedade os princípios do anarquismo visando à construção de uma nova sociedade, livre de qualquer instituição que limitasse sua liberdade. O indivíduo seria pleno somente no momento em que pudesse viver em liberdade total, por isso tencionava expor ao maior número possível de indivíduos os princípios do anarquismo a fim de que percebessem que sua liberdade era restrita dentro da democracia burguesa e, a partir do momento em que estivessem conscientes dessas limitações, buscariam uma sociedade mais justa e igualitária.

A tabela 6⁸, talvez a mais controversa, trata da oposição que a Ciência Política, de certa forma, estabelece entre “ideologia” e “teoria política”. No caso de Emma Goldman é a que coube maior dedicação, pois ela foi, antes de tudo, inquestionavelmente, uma ideóloga anarquista. Nesse sentido, o que se quis mostrar é que, embora ideóloga, ela tem um pensamento que deve ser considerado relevante para a Ciência Política, visto que houve teóricos da política que foram, ao mesmo tempo, teóricos e ideólogos, que defenderam fervorosamente seu posicionamento político por meio da produção de um pensamento político sistematizado, como é o caso, dentre outros, de John Locke e Karl Marx que defenderam ideologias muito específicas.

O que se fez foi o inverso, mostrou-se que é possível que um ideólogo produza um pensamento político, e Goldman foi, sem dúvida, ideóloga, ferrenha defensora do anarquismo, mas, além disso, ela pode ser considerada uma teórica da política, pois é possível ser uma teórica da política sem desvincular-se de seu prisma ideológico. Não o foi Marx? Teórico que esteve, como outros, “comprometidos com paixão nas questões do lugar e da época em que viveram”, estando suas teorias ligadas a causas políticas concretas e identificáveis que expressavam e seus interesses particulares, ou de um partido ou de uma classe particular? (WOOD, 2011, p. 25-26). Segundo Wood, as perguntas que interessam a qualquer pensador político, eternas e universais, partem sempre de uma história específica estando relacionadas às controvérsias políticas, ao campo das pressões e tensões sociais, as quais, em realidade, moldam as relações humanas, e não apenas ao universo abstrato da filosofia (WOOD, 2011).

Ou seja, embora ideóloga, o pensamento político de Goldman foi desenvolvido em função de uma reflexão consciente e atenta sobre a realidade social de sua época, relacionada aos aspectos sociais, políticos, econômicos e ideológicos. Um pensamento produzido a partir de sua realidade, de alguém que viveu suas experiências como integrante da classe dominada, que deveria obedecer e acatar as normas (morais e legais) produzidas e disseminadas pela classe dominante. Um pensamento constituído por elementos de argumentação racional além dos apelos emocionais e instintivos, que a tornaram a maior oradora nos EUA no final do século XIX e início do século XX, numa sociedade com características racistas, misóginas, homofóbicas e classistas, o que só torna seu feito ainda maior.

Ao responder as questões propostas na tabela 7⁹ percebeu-se para quais grupos específicos, para quais indivíduos Goldman se preocupou em escrever, qual era seu público alvo, bem como quais os motivos que a levaram à escolha desse público. Seus destinatários foram especialmente a grande massa de trabalhadores, os mais desfavorecidos dentro da ordem social vigente e, por isso mesmo, deveriam ser alertados sobre sua condição de indivíduos oprimidos pelo Estado e por suas instituições. Mas dirigiu seus escritos e discursos não somente à massa de trabalhadores, ao contrário, dedicou-os ao maior número de indivíduos, sem exceção, pois, como anarquista, acreditava que, para alcançar uma sociedade

⁸ Questões da Tabela 6 – O Teórico da Política (diferente dos ideólogos): 1) Está escrevendo para uma audiência selecionada com muito conhecimento intelectual; 2) Tenta convencer seus leitores por meio de uma complexa argumentação racional; 3) Está menos interessado em apelos puramente emocionais e instintivos; 4) Não pretende “mover” a audiência para a ação imediata ou extrema (SILVA, 2016, p. 97).

⁹ Questões da Tabela 7 – Quais os destinatários das ideias do autor? – 1) Para quais grupos específicos e indivíduos na sociedade os princípios se aplicam? 2) Por que para estes grupos e indivíduos e não para outros? 3) Para quais direitos ou desejos em questão – em caso de conflito – será dada prioridade e por quê? 4) Para quais vantagens ou interesses está a particular hierarquia de desejos ou direitos? (SILVA, 2016, p. 100).

justa e igualitária, seria necessário pôr fim à sociedade vigente, e a forma como isso se concretizaria seria atingindo toda a coletividade, somente assim teríamos indivíduos livres e conscientes capazes de se autogerir (GOLDMAN, 2011a, p. 3-5). E a própria filosofia e os ideais anarquistas que defendia mostraram que, para ela, assim como para o anarquismo, não há direitos e hierarquias que se sobreponham, todos são livres e iguais, os direitos de todos são respeitados, não há um indivíduo mais importante que o outro, há o reconhecimento e o respeito mútuo, devem viver na mais absoluta cooperação com seu semelhante.

Realizar a contextualização social de Emma Goldman permitiu que pudéssemos identificar e mostrar qual era o cenário político, econômico, social e ideológico em que ela nasceu e cresceu, cenários diversos e, ao mesmo tempo, muito próximos que forjaram sua personalidade, pois ter vivenciado situações de opressão e preconceito devido à sua condição de mulher, operária, estrangeira, judia e anarquista foram os fatores que fizeram com que seu pensamento político tivesse a expressão encontrada em seus escritos: só ela poderia ter escrito o que escreveu. Por meio dessa análise foi possível mostrar que ela possui um pensamento político relevante para a Ciência Política, embora tenha sido uma ideóloga e militante anarquista, o que fez com que suas reflexões tenham sido ignoradas por muito tempo.

O que torna seu pensamento relevante para a Ciência Política é que, diferente de outros anarquistas e de outros autores considerados clássicos da Ciência Política, Goldman, além de defender os ideais anarquistas, como o fim do capitalismo, do Estado e da religião, e a liberdade absoluta dos indivíduos, agrega à sua *práxis* outros ideais que poucos atreveram-se a defender, e que ela defendeu com maior ênfase e melhor argumentação racional, como, por exemplo, quanto à emancipação da mulher, na defesa do direito das mulheres frente às imposições do casamento e da maternidade, incluído aí o controle de natalidade e a defesa do amor livre, inclusive entre pessoas do mesmo sexo.

A relevância do pensamento político de Emma Goldman

Dentro do contexto de efervescência política do final do século XIX e início do século XX nos EUA, com embates nos campos político, econômico e social, Emma Goldman optou por defender e difundir os ideais anarquistas, e, além destes, defendeu outras causas que tornaram seu pensamento e sua ação como militante mais complexa e mais efetiva do que a de outros pensadores considerados clássicos da Ciência Política incluídos no cânone, e de outros anarquistas respectivamente. Em suas obras vê-se a defesa veemente de diversos temas que não foram contemplados por parte significativa dos “clássicos” da política, nem mesmo pelos anarquistas considerados clássicos, como Kropotkin e Bakunin, mas que são temas afetos à política, como a liberdade individual (absoluta), o amor livre, o casamento, o ciúme, a homossexualidade, a emancipação da mulher, a maternidade, o controle de natalidade e o sufrágio feminino, temas que devem ser compreendidos como políticos, visto que são originários de conflitos sociais e políticos, e pelo fato de que, na sociedade burguesa, tais temáticas estão intrinsecamente ligadas às instituições que prescrevem e normatizam seu modo de vida.

Embora muitos dos ideais defendidos por ela estivessem de acordo com os ideais propagados e defendidos por outros anarquistas clássicos, o objetivo da pesquisa foi mostrar que a profundidade de seus argumentos foi capaz de ultrapassar alguns deles em muitos aspectos. Autores como Kropotkin, Bakunin e Malatesta, cujos pensamentos são considerados, até certo ponto, relevantes para a Ciência Política e para os estudiosos do movimento e das ideias anarquistas, não avançam em algumas áreas que Emma Goldman foi capaz de mostrar que também tem importância para a política. O uso do método do contextualismo social permitiu compreender a profundidade e a complexidade de seu pensamento político, os motivos que a levaram, por exemplo, a defender com mais veemência a necessidade da emancipação da mulher, que, em seu ponto de vista, sofria com a limitação de sua liberdade muito mais do que os homens.

Goldman se torna uma oradora brilhante, capaz de atrair multidões, mas isso não lhe garantiu um lugar na “academia”, sua obra não foi sistematizada nem reconhecida como relevante para a Ciência Política. Assim como a teoria anarquista em geral, seu pensamento político permaneceu às margens da academia, tendo sido resgatado na década de 1970 pelos movimentos feministas devido à proximidade de seus ideais e a agenda desses movimentos. Entretanto, seu pensamento não se restringe aos temas que interessam movimentos feministas, pois diversos textos de sua autoria tratam dos assuntos considerados “políticos”, como Poder, Política e Estado, ainda que os temas feministas também sejam políticos.

O anarquismo no século XIX promoveu uma crítica à sociedade vigente e, ao mesmo tempo, propôs uma visão da sociedade ideal de futuro. Ao mesmo tempo que tratou de questões de ordem econômica e política, enquanto filosofia de vida preocupou-se em discutir também os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres e de que forma esses papéis limitavam sua liberdade individual. Rago (2012, p. 70-71) afirma que o anarquismo inova frente às outras teorias da época justamente por reconhecer a igualdade entre homens e mulheres, desmistificando a ideia de inferioridade natural atribuída a elas, trazendo para discussão questões que atingiam diretamente as mulheres como indivíduos livres e autoconscientes, como a luta pelo direito ao próprio corpo, a defesa do prazer sexual e do amor livre também para elas, assim como o direito ao divórcio, ao aborto e à maternidade consciente e voluntária, uma vez que seu modo de existência foi construído política e cientificamente, ou seja, normatizado, com a sociedade agindo sobre o corpo feminino e sobre a sua sexualidade.

A teoria anarquista questiona os valores de uma sociedade na medida em que impede seu desenvolvimento, no que diz respeito aos indivíduos enquanto seres sociais e no que se relaciona ao comportamento e costumes de forma coletiva, de modo que suas críticas dirigiam-se à ordem burguesa, a seus costumes, principalmente à família, pela forma que se constituía, como uma associação baseada em questões políticas e econômicas. Partindo da crítica à família, derivam as críticas às demais instituições como o casamento (que legitima a família); a monogamia (que limita a condição do amor livre); a emancipação da mulher (que deveria ser submissa ao homem, primeiro ao pai e depois ao marido) e a maternidade (deveria ser a guardiã da família e dos bons costumes) (RAGO, 2012, p. 62).

É a ordem burguesa surgida no século XIX a condição limitadora da liberdade dos indivíduos que gera a desigualdade entre eles. É a sociedade que, politicamente, exerce a dominação e o controle da vida privada dos indivíduos por meio do Estado, que, em apoio à classe dominante, garante-lhes a supremacia das relações econômicas em troca do poder político; em consequência, no aspecto econômico, tem garantidas as relações de exploração a que estavam sujeitos os trabalhadores; e no aspecto social, mantém-se a desigualdade de uma sociedade de classes, pois, substituídos os estamentos, as relações de subordinação e dominação se alteram, mas não se extinguem. Os limites às liberdades são estabelecidos pelo próprio homem, impedindo que os indivíduos vivam plenamente, em liberdade total, de acordo com seus desejos, ordem que se assenta na exploração do trabalho e na dominação política de uns pelos outros. Considerar os temas abordados por ela como políticos foi fundamental para mostrar a relevância de seu pensamento político. Temas que, à primeira vista, parecem pertencer apenas à esfera da sociabilidade estão enraizados profundamente na esfera política, como a família e a sexualidade, o que foi apontado pelos anarquistas, mas em maior amplitude por Goldman, pois, ao questionar os limites impostos pela sociedade burguesa, que impediam a mudança das condições a que homens e mulheres estavam sujeitos, atribuíam a tais limites uma natureza moral, que obstavam a possibilidade do surgimento de novas relações afetivas e sexuais, e de novas formas de organização familiar.

Amor livre e Casamento

Ao defender o amor livre e a obrigatoriedade do casamento burguês no século XIX, os anarquistas estavam questionando as normas impostas pelo Estado e pela Igreja, a questão da heteronormatividade, a forma como deveria se constituir a família, além de problematizar questões referentes ao adultério, ao divórcio, ao aborto e às leis sobre obscenidade.

A defesa do amor livre¹⁰ não foi exclusividade de Goldman, porém, para ela, o amor livre deveria ser entendido de forma mais ampla do que entendiam outros anarquistas. Não havia um consenso entre eles acerca da natureza do amor livre. Goldman entendia que amor livre significava que os indivíduos devem ser livres para amar qualquer pessoa a qualquer tempo, isto é, a possibilidade de amar e de ser amado/a com liberdade, de acordo com seus desejos. Significava rejeitar as normas burguesas, as quais, por meio do Estado e da Igreja, interferiam diretamente na vida e nas relações pessoais, determinando comportamentos e empreendendo formas de controle. Independentemente da vontade dos indivíduos, suas relações, por mais íntimas que sejam, estão submetidas a normas, leis e regulamentos de ordem moral, política e econômica, “fatores externos são absolutamente estranhos ao amor”, e que levam a “eternas contradições e conflitos entre o amor e a lei”; o amor que deveria ser livre é corrompido pelo casamento e pelo divórcio, pelo dinheiro e status social (GOLDMAN, 1915). Para ela, o “amor” genuíno seria “livre”, pois não pode ser comprado, subjugado, conquistado, só pode completo se dado em liberdade (GOLDMAN, 2012a, p. 127).

E se o amor devia ser livre entre homens e mulheres, defendia também que o amor devia ser livre para homens e para mulheres, isto é, entre pessoas do mesmo sexo. Para Goldman, isso seria uma consequência do próprio ideal anarquista de completa liberdade, pois isso significava viver de acordo com seus desejos individuais, gostos e inclinações (GOLDMAN, 2011a, p. 8). Isso porque, segundo um dos princípios fundamentais do anarquismo, nenhuma autoridade externa deve governar ou determinar associações pessoais ou públicas das pessoas, de modo que todos os “desejos, gostos e inclinações” devem ser respeitados, o que se aplicaria ao amor livre e à homossexualidade. Questionava publicamente o controle e a interferência do Estado na vida privada dos indivíduos, determinando seu comportamento, configurando-se uma conexão entre política e repressão sexual: “*The debate as to whether collective regulation or free love will guarantee a healthy race was really nothing else than the question whether the State or the individual shall control human affairs*” (GOLDMAN, 1910, p. 126)¹¹.

Via também uma relação, negativa, entre amor e casamento, este configurando-se como um contrato monogâmico indissolúvel, legitimado pela lei e santificado pela Igreja, que feria o princípio da liberdade, cujas consequências eram a submissão da mulher ao domínio do marido, bem como a imposição social da procriação. Seria um arranjo econômico onde as partes buscavam auferir determinadas vantagens, e, ao mesmo tempo, uma das mais degradantes formas de relacionamento, principalmente para a mulher, equivalente a uma vida de parasitismo, no qual a mulher submete-se aos caprichos e desejos do marido, anula seus próprios desejos, torna-se dependente economicamente, além de uma pessoa sem individualidade. Duas pessoas que se amam não precisam de permissão de outros para se relacionar sexualmente e, a partir do momento que esse é seu desejo, a sociedade não teria o direito de intervir, portanto, o casamento tornava-se desnecessário, pois uma união indissolúvel se torna uma prisão que os condena a terminar suas vidas juntos, e se a união é fruto do livre arbítrio, assim também deve ser seu fim (KROPOTKIN, 2007).

Goldman questiona os motivos e argumentos que levam essa instituição a se perpetuar, e afirma que sempre que houve quaisquer formas de aprisionamento, mental ou física, o ser humano buscou libertar-se, porém, em relação ao casamento isso não acontece, ao contrário, buscam-no voluntariamente. Em sua opinião é uma forma de escravidão, uma instituição que se presta à dominação de uma pessoa pela outra, e, ao contrário de outras formas de repressão, não é questionada, é inclusive defendida, porque “as relações matrimoniais são a base da propriedade privada, a base do nosso sistema cruel e desumano”

¹⁰ Segundo Baigorria (2006 p. 9-11), amor livre foi, durante muito tempo, o mesmo que união livre, isto é, uma união que não estaria sujeita nem a lei civil nem à religiosa. [...] Baigorria deixa claro que, no século XIX, quando se falava em amor livre, partia-se do pressuposto de que se tratava de uma união entre homem e mulher, sem levar em consideração a possibilidade de união entre indivíduos do mesmo gênero, estando desvinculado da concepção de liberação sexual que lhe seria associada no século XX.

¹¹ Tradução livre: O debate sobre a regulamentação coletiva ou o amor livre garantirá uma raça saudável não é mais do que discutir a questão se o Estado ou o indivíduo é que deve controlar os relacionamentos humanos.

e é isto que “dá ao homem o direito e o poder sobre sua esposa, não apenas sobre seu corpo, mas também sobre suas ações, seus desejos; na verdade, sobre toda a sua vida” (GOLDMAN, 1897, s/p.).

Essa questão da propriedade dos homens sobre as mulheres, que eles têm “o direito e o poder sobre sua esposa, não apenas sobre seu corpo, mas também sobre suas ações, seus desejos; na verdade, sobre toda a sua vida”, perpetua-se e é reafirmada pelo ciúme, que seria outro fator que corrompe o amor e também relaciona-se ao surgimento da família monogâmica, isto é, da domesticação e da propriedade das mulheres, que criou o monopólio do sexo. Antes da família monogâmica não havia qualquer prescrição moral e legal sobre as relações sexuais entre homens e mulheres, portanto, não poderia existir ciúme, porque este se fundamenta na “suposição de que certo homem tem o monopólio sobre o sexo de determinada mulher e vice-versa” (GOLDMAN, 1915, s/p.).

O ciúme não seria inerente ao amor nem ao ser humano, é algo que surge e deriva do monopólio sexual, que é uma invenção humana, “transmitido de geração em geração como um direito sagrado e como a base da pureza da família e do lar” (GOLDMAN, 1915, s/p.), perpetuando-se, visto que tanto a Igreja quanto o Estado aceitam o monopólio sexual como sendo uma única segurança para o vínculo matrimonial, o que torna o ciúme como “uma arma legítima de defesa para a proteção do direito de propriedade” (GOLDMAN, 1915, s/p.). Tem relação direta com a dominação da mulher, interfere na questão de sua emancipação enquanto indivíduo que deve viver em liberdade completa, mantendo viva a ideia de que a mulher é objeto, propriedade legítima do homem, e, portanto, não possui individualidade, reconhecida em função de seu sexo, em condição de inferioridade, não tendo direito sequer à condição de humanidade (GOLDMAN, 2015, p. 249).

O casamento permite ao Estado e à Igreja invadirem a esfera privada da vida das pessoas, e é, em essência, contrário ao amor, principalmente ao amor livre. Enquanto convenção social e prescrição legal, ao invés de garantir a homens e mulheres uma vida com amor, prende-os em uma relação que pode ser considerada comercial, um “arranjo econômico” com consequências e papéis muito bem definidos para ambas as partes. Goldman afirma que o casamento é uma instituição falida, criada com objetivos que não pode cumprir ou garantir, como a proteção da mulher e da prole dele originada. É um contrassenso, pois, do casamento, tem-se como consequência a maternidade, a qual, muitas vezes, ocorre contra sua vontade, mas tem sua condição legalizada, ao passo que, se a mulher decide pela maternidade sem estar casada, ela e sua prole são condenadas ao ostracismo social (GOLDMAN, 2012a). Para Goldman,

Marriage is an institution which furnishes the State and Church with a tremendous revenue and the means of prying into that phase of life which refined people have long considered their own, their very own most sacred affair. Love is that most powerful factor of human relationship which from time immemorial has defied all man-made laws and broken through the iron bars of conventions in Church and morality. Marriage is often an economic arrangement purely, furnishing the woman with a life-long life insurance policy and the man with a perpetuator of his kind or a pretty toy. That is, marriage, or the training thereto, prepares the woman for the life of a parasite, a dependent, helpless servant, while it furnishes the man the right of a chattel mortgage over a human life (GOLDMAN, 1908, p. 7)¹².

Amor livre e casamento são temas políticos, uma vez que sofriam (e sofrem) a interferência direta do Estado por meio da normatização e da penalização, ou seja, não eram destituídos de poder e desvinculados da política, visto que regulamentados por códigos morais, constituindo-se em uma forma de hierarquia e dominação, e a repressão sexual era utilizada como uma ferramenta política, social e de

¹² Tradução livre: O casamento é uma instituição que fornece ao Estado e à Igreja uma tremenda renda e os meios de se meter na fase da vida que pessoas finas há muito consideram como propriamente sua, sua coisa mais sagrada. O amor é o fator mais poderoso no relacionamento humano que desde tempos imemoriáveis tem desafiado todas as leis feitas pelo homem e rompido com as grades de ferro das convenções na Igreja e da moralidade. O casamento é normalmente um puro arranjo econômico, provendo à mulher uma apólice de seguro de longa vida e ao homem um perpetuador de sua espécie e um bonito brinquedo. Ou seja, o casamento, ou o treinamento para isso, prepara a mulher para uma vida de parasita, uma dependente, desamparada servente, enquanto concede ao homem o direito sobre a hipoteca de um bem imóvel de uma vida humana.

opressão econômica (KISSACK, 2008, p. 31). Segundo Goldman, ambos deveriam permanecer fora da esfera de atuação do Estado:

Emoções de amor e sexo estão entre as mais íntimas, intensas e sensíveis, expressões do nosso ser. [...] Toda relação de amor deve, por sua própria natureza, permanecer como um caso absolutamente privado. Nem mesmo o Estado, a Igreja, a moralidade ou as pessoas devem mediar isso (GOLDMAN, 1915, s/p.).

Somente a extinção do casamento, e conseqüentemente da família jurídica, permitiria que homem e mulher se tornassem indivíduos livres para estabelecerem relações pessoais com quem desejarem, iniciando-as e terminando-as quando quiserem, sem a interferência do Estado e da Igreja, submetidos a leis que uniformizam e prescrevem comportamentos socialmente aceitáveis. As relações afetivas, de amor e de sexo, pertencem à esfera privada da vida dos indivíduos e assim devem permanecer.

Homossexualidade

A defesa do amor livre entre os anarquistas não era uma questão pacífica, muito embora todos o defendessem. A questão era saber qual amor livre defendiam. O amor deveria ser livre de qualquer tipo de imposição, convenção ou rótulos impostos por instituições como o Estado ou a Igreja, ou seja, pela própria sociedade. Eis porque condenavam o casamento¹³, a posse, o ciúme, que consideravam expressões da dominação e do controle de um indivíduo sobre outro. Ao defenderem o amor livre, faziam uma crítica à família burguesa e ao casamento, argumentando que o amor seria um sentimento natural que não deveria ser institucionalizado, porém, muitos mantinham ainda o estigma da monogamia, não estando relacionado à possibilidade de variação do número de parceiros, quanto mais se fossem do mesmo sexo.

Emma Goldman inova ao reconhecer a possibilidade do estabelecimento de relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Isso pôde ser percebido quando afirmou que o que buscava era “a independência da mulher, seu direito de se apoiar; de viver por sua conta; de amar quem quer que deseje, ou quantas pessoas deseje” (GOLDMAN, 1987) e essa liberdade, o direito ao prazer sexual deveria ser para ambos os sexos. E ainda que outros anarquistas¹⁴ defendessem o direitos dos homossexuais, muito poucos, isso se dava muito mais pela crítica à questão do policiamento e controle das relações sexuais promovidas pelo Estado e pela Igreja do que pelo direito de relacionarem-se livremente com pessoas do mesmo sexo; criticavam o controle moral e físico que o Estado impunha como forma de regular as relações sexuais, evidenciada pelo julgamento de Oscar Wilde em 1895 – que foi condenado pela prática de atos imorais com rapazes, o que evidenciou a questão da homossexualidade e promoveu debates e discussões sobre o tema na virada do século XIX nos EUA e Europa (KISSACK, 2008).

A defesa da homossexualidade é um pensamento revolucionário para o século XIX, pois era condenada, inclusive entre muitos anarquistas, tida como uma perversão, uma doença atribuída ao homossexual¹⁵. Goldman teria sido a primeira mulher a defender o amor entre pessoas do mesmo sexo,

¹³ A política homossexual anarquista estava atrelada a sua crítica ao casamento: nem o Estado, nem outros órgãos reguladores deveriam ter qualquer autoridade sobre o relacionamento ou escolhas sexuais de "indivíduos soberanos". Quando Oscar Wilde foi preso, os anarquistas se levantaram em sua defesa porque já haviam concluído que a interferência do Estado nas relações entre membros de sexo oposto ou do mesmo sexo era o problema. A política anarquista da homossexualidade surge da rejeição ao casamento burguês (KISSACK, 2008, p. 186).

¹⁴ Passaram a preocupar-se com a questão da homossexualidade a partir do momento em que as relações afetivas e sexuais, passaram a ser reguladas e controladas por policiais, médicos, clérigos e juizes, o que os levou a se manifestar contra o tratamento injusto deferido a gays e lésbicas (KISSACK, 2008, p.17).

¹⁵ As mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorreram no século XVIII alteraram irremediavelmente a sociedade a partir de então. Segundo Foucault surgiu um novo espaço, o urbano, que propiciou o controle da vida por meio da instituição de certos saberes, cujo objetivo era intervir e determinar novos padrões de comportamento, atingindo a esfera pública e a esfera privada da vida dos indivíduos, instituindo-se uma nova moralidade que atinge inclusive a sexualidade. Essa sexualidade “deixa a esfera privada e passa a ser controlada pela medicina, pelo Estado, estabelecendo comportamentos, determinando o

entendendo que todos os indivíduos têm o direito de se relacionar como desejarem, e condenado veementemente o estigma de perversidade e doença associados à homossexualidade. Considerava injusta e hipócrita a perseguição aos homossexuais, afirmando que, embora vivesse em uma sociedade puritana, não poderia deixar de colocar-se em defesa de Wilde, afinal, “nenhuma ousadia é necessária para protestar contra uma grande injustiça” (GOLDMAN, 2015, p. 196), referindo-se ao seu julgamento.

Goldman entendia que era importante defender a questão da homossexualidade, pois as questões sobre a sexualidade dos indivíduos não deveriam ser separadas do aspecto político, compreendendo que a liberdade sexual, tanto para homens quanto para mulheres, era essencial ao anarquismo¹⁶. Diversos temas, que aparentemente seriam “privados”, são políticos e tratados pelas teorias políticas em geral – basta observar que os clássicos da política normalmente têm capítulos ou obras que discutem como as relações pessoais, de amizade e de amor *deveriam* acontecer entre as pessoas para que a sociedade funcionasse do modo como consideram o “melhor” de acordo com seu ideal humano.

Em sua defesa dos direitos dos homossexuais, o que ela busca é não somente ser solidária, mas também fornecer elementos e informações que, segundo ela, humanizariam e sensibilizariam sua audiência (GOLDMAN, 1923). Essa escolha representa não somente um avanço, mas faz com que fosse duramente criticada, inclusive por outros anarquistas, para quem defender a homossexualidade era defender temas “anti-naturais” (GOLDMAN, 2015).

Além disso, considerava-se leiga sobre a questão da homossexualidade, defendendo o direito dos homossexuais sob o argumento de que relações e comportamentos consensuais que não causam danos aos outros não devem, de forma alguma, serem regulados pelo Estado. Com o passar do tempo, devido às suas leituras sobre sexologia e psicologia, passou a compreender os homossexuais como uma categoria distinta da humanidade, com identidade e que tinham manifestações psicológicas, sociais e culturais próprias (KISSACK, 2008). Seus argumentos tornaram-se cada vez mais científicos – tal como era comum no período – e incluiu o discurso médico sobre a sexualidade em suas palestras, retirando da homossexualidade o caráter de perversidade que lhe era atribuído pela medicina, além de perspectivas sociológicas e psicológicas passarem a integrar o conteúdo de suas palestras, tornando-a uma autoridade no assunto (KISSACK, 2008).

Emancipação da mulher: maternidade, controle de natalidade e sufrágio feminino

Enquanto filosofia de vida, o anarquismo busca a construção de uma nova sociedade, caracterizada pela liberdade absoluta do indivíduo de toda forma de autoridade e opressão, baseada na cooperação entre indivíduos conscientes, livres e capazes de se autogerir. Um indivíduo emancipado. Porém, diferente da concepção liberal do século XIX, para o anarquismo, todos os indivíduos devem ser conscientes, livres e emancipados, inclusive a mulher. Nesse caso, se estamos falando em emancipação

que é saudável ou não, legal ou não”, e por meio da produção de um discurso passa-se a determinar e controlar o que é aceitável ou não. “A partir de então, comportamentos que não se enquadrassem dentro desse discurso eram entendidos como vícios, taras, como uma sexualidade anormal, desviante ou perversa” (FOUCAULT, 2017a, p. 44-45). Dentre as perversões inclui-se a homossexualidade, marginalizada e estigmatizada pela sociedade, sendo punida inclusive na esfera jurídica e só a partir de 1870 é que a homossexualidade constituir-se-á como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos, porém encarada como patologia, buscando-se sua cura através do internamento nos asilos, pois se antes eles eram tidos como libertinos ou delinquentes, agora *todos* serão percebidos como doentes do instinto sexual (FOUCAULT, 2017b, p. 350).

¹⁶ Alguns biógrafos afirmam que Goldman identificava-se com a defesa dos direitos dos homossexuais por ter ela mesma vivido um relacionamento homoafetivo com Almeda Sperry no ano de 1912 (WEXLER, 1984; KISSACK, 2008; HEMMING, 2018); entretanto, embora haja indícios de tal relacionamento em cartas de autoria de Almeda, não há registros das respostas de Goldman, e ainda que tal relacionamento seja mencionado em algumas biografias, Goldman não faz qualquer menção a Almeda Sperry em sua autobiografia, sequer como amiga, quanto mais quanto amante.

da mulher, é mister reconhecer que há fatores que limitam sua liberdade e autonomia, e emancipá-la é torná-la livre do que a aprisiona e lhe estabelece limites.

Goldman defende a necessidade da emancipação da mulher, que, segundo ela, sofre muito mais com as limitações à liberdade do que os homens. O que se pôde mostrar com o trabalho desenvolvido é que, sendo mulher, ela falou sobre a questão da emancipação de um lugar diferente do que os anarquistas homens falaram. Ela vivenciou experiências limitadoras à liberdade que um homem jamais experimentaria e, por isso, não seria possível compreender tais limites com a mesma intensidade, ele não sofreria a mesma violência nem os mesmos impactos que ela esteve sujeita por sua condição de mulher. Por isso mesmo seus argumentos na defesa da emancipação da mulher se mostraram mais inquebrantáveis e mais complexos.

Se o objetivo for a busca pela igualdade, seja entre mulheres, ou entre homens e mulheres, deve-se reconhecer que se estabeleceram elementos que criaram artificialmente as condições de desigualdade às quais as mulheres sempre estiveram sujeitas, dentre elas, o casamento, que é uma instituição que *“mantiene la soberanía del hombre sobre la mujer, de su completa sumisión a sus caprichos y órdenes, y la absoluta dependencia de su nombre y manutención. [...] restringe a las mujeres a un papel de sirviente del hombre y portadora de sus hijos”* (GOLDMAN, 2010, p. 88-89). E essa questão da submissão da mulher estaria relacionada ao mito teológico de Adão e Eva, o qual não teria sido superado, sendo a mulher um apêndice originado da costela do homem e, portanto, serviria à sua conveniência por ser inferior a ele (GOLDMAN, 2012a, p. 123).

Mas, para ela, a emancipação da mulher iria muito além da questão do sufrágio universal que era demandado pelas sufragistas e feministas no século XIX como sinônimo de emancipação feminina, pois o direito de votar não alteraria sua condição pessoal ou da política em si. O sufrágio universal, na perspectiva de Goldman, é um fetiche, dando ao indivíduo a ilusão de liberdade ao permitir sua participação na política (GOLDMAN, 2012b). E por ser o instrumento que movimenta a política, produz a ilusão de participação dos indivíduos no governo, e, dessa forma, faz com que a política seja um obstáculo à emancipação humana ao permitir a exploração de uma classe por outra. A política burguesa impede o crescimento humano e, para alcançar a emancipação, os indivíduos devem opor-se à maquinaria política, com objetivo de causar a grande transformação social. Para ela:

Politics is the reflex of the business and industrial world, the mottos of which are: “To take is more blessed than to give”; “buy cheap and sell dear”; “one soiled hand washes the other.” There is no hope even that woman, with her right to vote, will ever purify politics (GOLDMAN, 1906, p. 11).¹⁷

Em sua concepção, e aí residia seu desacordo com as sufragistas, o direito ao voto não garantiria a transformação social, e muito menos a emancipação da mulher, pois esta só poderia acontecer verdadeiramente em sua alma, a partir do desejo de liberdade e da busca pela própria dignidade, só assim poderia livrar-se das condições que lhe oprimia (GOLDMAN, 2015). O sufrágio representaria, na verdade, uma nova forma de “escravidão” e mascararia o fato de que, mesmo votando, não haveria alteração das condições políticas, econômicas e sociais a que todos estavam sujeitos, especialmente as mulheres (GOLDMAN, 2012b). Ao invés de garantir, a liberdade não garante nada aos indivíduos, nem a igualdade, nem a liberdade, mas apenas os interesses da classe dominante (GOLDMAN, 2010).

Nem o fato de ingressar no mercado de trabalho garantiria à mulher a emancipação e a igualdade com os homens. Segundo Goldman, isso também seria uma farsa, pois, ainda que pudesse escolher uma profissão, ela sofria com a desigualdade, seja por sua compleição física, para competir em pé de igualdade no mercado de trabalho, ou pelo fato de serem preteridas em prol de colegas de profissão homens, além de terem questionada a sua capacidade em razão de seu gênero, e do fato de exercerem dupla jornada

¹⁷ Tradução livre: A política é o reflexo do mundo industrial e de negócios cujo lema é: “Tirar é muito melhor do que dar”; “comprar barato e vender caro”; “uma mão suja lava a outra”. Não há esperança que, mesmo a mulher, com o seu direito ao voto, alguma vez venha a purificar a política.

devido a seus encargos como dona de casa, mãe e esposa. Essa emancipação, antes de libertar, produz uma nova forma de escravidão, atingindo sua humanidade e sua moral, dividindo-a entre o que ela deseja e o que deve ser. Não a livra de sua inferioridade frente ao homem; gera angústias, medos e inseguranças frente ao novo e ao velho papel social que lhe são impostos; ela agora é trabalhadora que quer ser amada, mulher que quer sua emancipação, mas também quer ser mãe, e, por outro lado, apavora o fato de que sua condição de esposa e mãe possam lhe incapacitar para o trabalho (GOLDMAN, 1906).

A maternidade também é uma questão que está atrelada diretamente à emancipação da mulher, sendo outro elemento limitador de sua liberdade. Na perspectiva de Goldman, vincula-se também ao amor livre e ao casamento e, para ela, diferente de outros anarquistas, a maternidade não deveria ser uma obrigação, mas uma opção da mulher.

Ainda, um dos maiores problemas da maternidade era o fato de ser uma imposição social, sua vinculação ao casamento e a justificativa de que essa instituição traria segurança para a mulher e sua prole, numa relação direta com o aspecto econômico e social: econômico frente à obrigação de dever e cuidado, e social frente à possibilidade de exclusão se a maternidade não fosse derivada de um casamento legal. Não questionava o desejo de tornar-se mãe, mas a forma sob a qual a maternidade foi construída e imposta socialmente: um desejo natural, como forma constituição da mulher como ser completo, legítima apenas se ocorresse dentro do casamento, como garantia da prole herdeira legítima da propriedade. Isso iria contra os princípios da liberdade completa, pois a independência da mulher para ser completa deveria ter: “liberdade de ação, liberdade de amor e liberdade na maternidade” (GOLDMAN, 1897, s/p.).

A maternidade deveria relacionar-se com o amor, o qual não é garantido pelo casamento, pois “sem o amor não pode existir um lar de verdade; sem amor nenhuma criança deveria ser tida; sem amor nenhuma mulher de verdade pode estar relacionada a um homem” (GOLDMAN, 1908, p. 4). Em seu entendimento, é direito absoluto da mulher a livre maternidade. Maternidade e emancipação são questões entrelaçadas, pois só uma mulher completamente livre pode formar filhos livres, indispensáveis à formação de uma nova sociedade, caracterizada pela liberdade do indivíduo de toda forma de autoridade e opressão, baseada na cooperação entre indivíduos conscientes, livres e capazes de se autogerir.

Quando afirma que a maternidade deveria ser uma opção da mulher, Goldman torna-se pioneira na defesa do controle de natalidade, sendo mais um motivo das críticas e das prisões que viria a sofrer em sua trajetória. Pôde-se perceber que o fato de ser mulher e de ter se tornado enfermeira e parteira, além de sensibilizá-la, despertou-lhe a consciência para necessidade de educar as mulheres sobre métodos contraceptivos, pois viu de perto as consequências de uma gravidez indesejada, como o ostracismo social e as consequências de um aborto mal sucedido, muitas vezes realizados por pessoas incompetentes em locais inadequados (GOLDMAN, 1916). O controle de natalidade era uma alternativa a tais situações, constituindo-se como um assunto extremamente relevante, relacionado à questão de vida e morte de muitas mulheres e crianças; para ela, era uma questão de saúde pública, tanto para a saúde da mulher quanto para a de seus filhos (GOLDMAN, 1916), o que impactaria diretamente na qualidade de vida e na sua na saúde, proporcionando-lhe bem-estar físico e mental, e na de seus filhos, permitindo-lhe dar-lhes um melhor atendimento, haja vista o esgotamento físico causado por repetidas gestações (GOLDMAN, 1916).

Porém, entendia que os homens também deveriam ser cientes da necessidade do controle de natalidade, devendo ser responsáveis por ele tanto quanto as mulheres, representando uma grande mudança nas relações que se estabelecem entre ambos, sendo mais um avanço na questão da emancipação da mulher, pois retirar-lhe-ia a responsabilidade por inúmeras gestações consecutivas e permitiria que ocupassem seu lugar na luta social, participando ativamente na busca por uma nova sociedade, participação restrita se à mulher cabe apenas a função de gestar, partir e lavar fraldas (GOLDMAN, 1916).

Assim como no casamento, o Estado não deveria interferir na vida pessoal da mulher, normatizando, disciplinando e controlando seu corpo; a maternidade e o controle de natalidade deveriam ser opções e ela teria direito a tais informações; o controle de natalidade deixaria de ser uma questão

meramente teórica para se tornar “uma fase importante da luta social, que podia avançar mais com ações do que com palavras” (GOLDMAN, 2015, p. 414). Representava a possibilidade de livrar as mulheres do jugo de uma gravidez forçada, confirmando sua ideia de uma nova maternidade que deveria ser livre (GOLDMAN, 1916).

A emancipação da mulher, portanto, não estava vinculada apenas ao voto como queriam as sufragistas, ou a amar livremente como queriam muitos anarquistas, devia ir mais além, romper as fronteiras com o passado, com essa ordem que mantinha a mulher em condições de submissão, mudança que deveria ser fruto de sua luta, de maneira similar ao que acontece com qualquer classe oprimida:

History tells us that every oppressed class gained true liberation from its masters through its own efforts. It is necessary that woman learn that lesson, that she realize that her freedom will reach as far as her power to achieve her freedom reaches. It is, therefore, far more important for her to begin with her inner regeneration, to cut loose from the weight of prejudices, traditions, and customs. The demand for equal rights in every vocation of life is just and fair; but, after all, the most vital right is the right to love and be loved. Indeed, if partial emancipation is to become a complete and true emancipation of woman, it will have to do away with the ridiculous notion that to be loved, to be sweetheart and mother, is synonymous with being slave or subordinate. It will have to do away with the absurd notion of the dualism of the sexes, or that man and woman represent two antagonistic worlds (GOLDMAN, 1906, p. 17)¹⁸.

Emancipar a mulher é aceitar que ela é igual ao homem e que deve ter a liberdade de amar, deve ser livre da submissão ao poder masculino, ser livre das exigências tradicionais da virgindade, do casamento e da maternidade, e não deve ser uma propriedade sob a justificativa do amor, que não dá direito sobre ninguém. A emancipação deve permitir que ela se reconheça como indivíduo, deve ser tratada de acordo com o mérito de seu trabalho e não apenas em função de seu sexo, fator que perpetua a inferioridade econômica e social da mulher seja pelo casamento ou pela prostituição, ambas situações escravizam a mulher sexualmente devido à sua necessidade de sobrevivência, com a diferença de que o casamento é legalizado (GOLDMAN, 2011b).

Goldman compreendia que os limites impostos à liberdade da mulher e que lhe condenavam à condição de submissão vão muito além do casamento, incluindo como elementos limitadores que permitem a dominação do homem sobre a mulher a maternidade e a sexualidade, pois, para a maioria dos anarquistas, a submissão da mulher era consequência de sua condição de esposa, e, uma vez aprisionada a essa condição, também estaria as que dela derivassem, como aos serviços domésticos e aos filhos. Mas o que ela almeja é a emancipação completa da mulher e não apenas do casamento enquanto instituição burguesa, pois extinguir esta instituição termina com seu papel de esposa, mas não com suas outras obrigações, com os papéis de mãe e dona de casa. Para ela, essa emancipação não seria completa com o fim do casamento, determinado por uma estrutura patriarcal, diferente do que entendiam outros anarquistas, pois ela ainda estaria obrigada à condição da maternidade e da família, mas baseados numa ordem natural e não jurídica.

A emancipação que ela defende é aquela em que a mulher teria a liberdade de escolher seu destino, sem a angústia de responder a padrões e cobranças sociais como a maternidade e a imperatividade de uma opção sexual heteronormativa, ou seja, a possibilidade de viver em união livre, baseada no amor e na liberdade, o direito de escolha e de prazer; aquela em que tem a possibilidade de desenvolver suas

¹⁸ Tradução livre: A história nos diz que toda classe oprimida alcança sua verdadeira libertação frente a seus mestres através de seus próprios esforços. É necessário que a mulher aprenda esta lição, que ela perceba que sua liberdade alcançará até onde seu poder de alcançar sua liberdade alcança. É, portanto, muito mais importante para ela começar com sua regeneração interior, libertar-se do peso dos preconceitos, tradições e costumes. A exigência de direitos iguais em cada aspecto de sua vida é justa e razoável; mas, afinal de contas, o direito mais vital é o direito de amar e ser amada. De fato, se a emancipação parcial que ser uma completa e verdadeira emancipação da mulher, deve deixar de lado a ridícula noção de que ser amada, ser querida e mãe, é sinônimo de ser escrava ou subordinada. Deve deixar de lado a noção absurda do dualismo dos sexos, ou que homem e mulher representam dois mundos antagônicos.

potencialidades, fazendo escolhas individualistas, pois a emancipação deve ser da “alma”, e não apenas de seu corpo. Uma mulher que faça suas próprias escolhas é livre inclusive para participar da política, pois o sucesso da revolução, do movimento, dependia da participação dessa mulher emancipada, livre. Para Emma Goldman, emancipação significava liberdade completa:

I demand the independence of woman; her right to support herself; to live for herself; to love whomever she pleases, or as many as she pleases. I demand freedom for both sexes, freedom of action, freedom in love and freedom in motherhood. Do not tell me that all this can only be accomplished under Anarchy; this is entirely wrong. If we want to accomplish Anarchy, we must first have free women at least, those woman [sic] who are economically just as independent as their brothers are, and unless we have free women, we cannot have free mothers, and if mothers are not free, we cannot expect the young generation to assist us in the accomplishment of our aim, that is the establishment of an Anarchist society (GOLDMAN, 1897, s/p.)¹⁹.

A emancipação da mulher está relacionada a todos os aspectos de sua vida, mas significa, no mínimo, a possibilidade de serem economicamente independentes como os homens, e a necessidade de serem ao mesmo tempo mães livres, para propiciarem à geração mais jovem uma educação libertária, com objetivo de construir-se uma nova sociedade, anarquista. Isso só poderia vir de uma mudança interior, uma nova forma de pensar, que lhes permitisse perceber que estavam sujeitas a uma tirania, e que essa tirania residia muita mais em seu âmago do que fora delas; a verdadeira emancipação não viria apenas com mudanças econômicas ou políticas.

Considerações Finais

Os anarquistas em geral foram duramente perseguidos nos EUA no final do século XIX e início do século XX, e não foi diferente com Goldman. Foi considerada a maior inimiga da América naquele período, tendo sido presa diversas vezes, culminando com sua deportação para a Rússia no ano de 1919. Ela defendeu veementemente os ideais anarquistas, como o fim do capitalismo, fim do Estado, fim da religião e a liberdade absoluta dos indivíduos, porém, a natureza das causas que agrega ao anarquismo, como a liberação sexual da mulher, o controle de natalidade e a defesa dos direitos dos homossexuais tornaram seus discursos ainda mais temerários na concepção dos governantes, pois remexiam nas mais profundas bases da sociedade vigente.

O objetivo do trabalho desenvolvido foi mostrar a relevância do pensamento político de Emma Goldman para a Ciência Política e que isso é possível justamente porque inseriu neste universo temas que, embora desconsiderados pela academia, estão intrinsecamente relacionados à política, uma vez que é por meio da normatização e regulamentação destes aspectos da vida “individual” e íntima dos cidadãos e cidadãs que os governos exercem o controle direto e indireto sobre a vida pública e privada destes.

Por meio da utilização do método do contextualismo social procedeu-se à leitura e análise dos textos, livros e cartas de Emma Goldman, além de sua autobiografia e biografias, o que possibilitou compreender o desenvolvimento do seu pensamento político, e permitiu perceber a relação orgânica e imbricada entre o pensamento político e as práticas políticas e sociais reais a que ela estava vinculada, isto é, o contexto social (os aspectos social, econômico, político e ideológico que predominavam naquela

¹⁹ Tradução livre: Eu exijo a independência da mulher; seu direito de se sustentar; viver para si mesma; para amar quem ela quiser, ou quantas ela quiser. Eu exijo liberdade para ambos os sexos, liberdade de ação, liberdade no amor e liberdade na maternidade. Não me diga que tudo isso só pode ser realizado sob a anarquia; isso é totalmente errado. Se quisermos realizar a Anarquia, precisamos primeiro ter mulheres livres, pelo menos aquelas mulheres que são economicamente tão independentes quanto seus irmãos e, a menos que tenhamos mulheres livres, não podemos ter mães livres, e se as mães não são livres, não podemos esperar que a nova geração nos ajude na realização do nosso objetivo, que é o estabelecimento de uma sociedade anarquista.

época específica) influenciou diretamente suas percepções e conclusões sobre a sociedade em que viveu. E embora seus textos não configurem como uma teoria política sistematizada, ainda assim têm uma dimensão política, uma vez que foi uma pessoa engajada nas lutas e conflitos reais de seu tempo e lugar (WOOD, 2011, p.31-32, tradução livre), fato que não inviabilizou sua “reflexão” racional a respeito dos temas e problemas que pretendeu entender e explicar. Ou seja, seu pensamento político é fruto de suas experiências pessoais – uma mulher, judia, trabalhadora, estrangeira – que teve importante atuação como militante e oradora anarquista.

Goldman viveu de acordo com seus ideais e na defesa da causa anarquista e, para isso, abdicou da maternidade e do casamento, que acreditava aprisionar a mulher e determinam sua submissão; defendeu o amor livre (o indivíduo deve ser livre para amar quem quiser e quantos quiser, independente do casamento e do gênero); defendeu a necessidade do trabalho em condições justas, sem exploração do trabalhador e sem riscos à sua integridade, livre das opressões econômicas e do controle do Estado; defendeu o controle de natalidade para permitir a liberdade das mulheres, além de uma vida mais digna para estas e seus filhos; e foi contra o alistamento militar obrigatório – mais uma das formas de o governo controlar a vida dos indivíduos em nome de seus interesses. A defesa desses ideais fez com que seu pensamento político fosse muito além do pensamento dos anarquistas considerados “clássicos”, inseridos no cânone, pois defendeu ideais sobre os quais muitos abstiveram-se, e muitas vezes condenaram abertamente, como a homossexualidade.

É considerada por muitos como uma mulher visionária, tendo sido extremamente sensível a questões consideradas um tabu em sua época. Produziu um pensamento político racional e argumentativo a partir de suas experiências, uma reflexão sobre a realidade social de sua época, e a despeito da paixão e do aspecto ideológico presentes em seus textos, seu “pensamento político” merece ser lido e estudado atualmente. Suas reflexões abordam desde temas como Estado, Poder, Política e Governo, bem como incluem liberdade individual (absoluta), o amor livre, o casamento, o ciúme, a homossexualidade, a emancipação da mulher, a maternidade, o controle de natalidade e o sufrágio feminino, constituindo uma reflexão racional e consistente, produzida por ela na busca legítima de uma verdade, pois estava comprometida com seus ideais e com os problemas sociais de seu tempo e seu maior desejo era ajudar na construção de uma nova sociedade. E mais do que ambicionar um lugar no cânone da Ciência Política, o que Goldman buscava era conscientizar os indivíduos da necessidade de uma mudança na sociedade vigente, uma sociedade injusta e excludente, para a qual o anarquismo era a resposta, a filosofia de vida que permitiria que todos fossem realmente livres e iguais.

Referências

- BAGATIN, Francioli. **O pensamento político da anarquista Emma Goldman**: uma contextualização social. 128f. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.
- BAIGORRIA, Osvaldo. **El amor libre – Eros y anarquía**. 1. ed. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vol I – A Vontade de Saber. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017a.
- _____. **Microfísica do Poder**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017b.
- GOLDMAN, Emma. **Anarquismo**: o que realmente significa? Trad. Antonio Henrique do Espírito Santo Loula. 2011a. Disponível em: <<https://dispor.files.wordpress.com/2011/10/emma-goldman-anarquismo-o-que-realmente-significa.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2017.
- _____. The Tragedy of Woman's Emancipation. In Revista Mother Earth. 1906. Disponível em: Anarchism and Other Essays (2012a)
- _____. An urgent appeal to my friends. **Revista Mother Earth**, v. 11, n. 2, p. 450, 1916.

- _____. **Ciúmes**: Causas e uma possível cura. 1915. Disponível em: <<https://amoryanarquia.wordpress.com/2012/01/19/ciumes-causas-e-uma-possivel-cura-emma-goldman/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- _____. **La palabra como arma**. 1. ed. Buenos Aires: Libros de Anarres, 2010.
- _____. Light and shadows in the life of in avant-guard. **Revista Mother Earth**, v. 5, n. 4, p. 16, jun. 1910.
- _____. **Louise Michel**: A Refutation Addressed to Dr. Maynes Hershfeld. Berlin, 1923. Disponível em: <<http://library.libertarian-labyrinth.org/items/show/3488>>. Acesso em: 08 ago. 2018.
- _____. **Marriage**. The Firebrand. 1897. Disponível em: <<https://jwa.org/media/goldmans-first-published-writing-on-subject-of-marriage>>. Acesso em: 27 jul. 2018.
- _____. Marriage and love. **Anarchism and Other Essays**, p. 122-128, 2012a. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/emma-goldman-anarchism-and-other-essays.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- _____. Tráfico de Mulheres. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 247-262, jul./dez. 2011b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200009>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- _____. **Vivendo minha vida**. Trad. Nils Skare. Curitiba: L-Dopa Publicações, 2015.
- _____. **What I Believe**. 1908. Disponível em: <https://archive.org/stream/al_Emma_Goldman_What_I_Believe_a4/Emma_Goldman_What_I_Believe_a4_djvu.txt>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- _____. Woman Suffrage. **Anarchism and Other Essays**, p. 106-114, 2012b. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/emma-goldman-anarchism-and-other-essays.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- HEMMINGS, Clare. **Considering Emma Goldman: feminist political ambivalence and the imaginative archive**. Durham: Duke University Press, 2018.
- KISSACK, Terence. **Free Comrades: Anarchism and Homosexuality in the United States, 1895-1917**. Canadá: AK Press, 2008.
- KROPOTKIN, Piotr. **O princípio anarquista e outros ensaios**. Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Hedra, 2007.
- NERES, Geraldo Magella; DOMBROWSKI, Osmir; SILVA, Vania Sandeleia Vaz da. A construção do conceito moderno de democracia: versão inicial de um projeto de pesquisa. **Revista Tempo da Ciência**, v. 23, n. 45, 2016.
- RAGO, Margareth. Entre o anarquismo e o feminismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbrì. **Revista Verve**, n. 21, p. 54-78, 2012.
- SILVA, Vania Sandeleia Vaz da Silva. O contextualismo social de Neal Wood e Ellen Meiksins Wood: uma introdução. **Anais do V Simpósio Paranaense de Ciências Sociais**, 2016, p. 86-110. Disponível: <http://200.201.88.178/simposiocienciasociais/arquivos_anais/ANAIS%20SIMPOSIO%20final.pdf#page=86&zoom=100,109,269> Acesso em: 05 out. 2019.
- WEXLER, Alice. **Emma Goldman: an intimate life**. New York: Pantheon Books, 1984.
- WOOD, Ellen Meiksins. **De ciudadanos a señores feudales: Historia social del pensamiento político de la Antigüedad a la Edad Media**. Madrid: Paidós, 2011.
- _____. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.